

2005/06/01

DE NOVO, O DISPOSITIVO MILITAR AMERICANO

Alexandre Reis Rodrigues

A reformulação do dispositivo militar americano está agora a entrar na fase final da tomada de decisões; a concretização será para levar a cabo entre 2006 e 2011. Tudo tinha começado em 2001, com a entrada em funções da administração Bush e de um secretário da Defesa apostado em rever tudo, mas só chamou a atenção dos órgãos de comunicação social mais tarde, em 2003, quando Douglas Feith, então subsecretário da Defesa, anunciou que “tudo iria mudar de lugar e que nada ficaria como tinha sido até então”.^[1]



O assunto é bastante complexo porque, entre muitos e variados aspectos, mexe com sensibilidades tanto dentro das Forças Armadas americanas como nos interesses locais onde as suas bases estão instaladas, quer no país, quer no estrangeiro. Neste último caso, tem vertentes político-diplomáticas que têm que ser geridas cuidadosamente e num âmbito que se estende para além do que é específico da Defesa.

A localização de bases americanas no estrangeiro, regra geral, tem estado associada a conflitos e guerras passadas. A Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, sozinhos, acomodam mais de 66% das 860 bases e infra-estruturas de apoio existentes no estrangeiro, cerca de 20% do total que as Forças Armadas americanas dispõem. Dois terços dessas 860 bases no estrangeiro situam-se na Alemanha (306); o Japão e a Coreia do Sul absorvem também números significativos: 263 instalações militares, respectivamente, 158 e 105. As restantes 291 bases estão espalhadas por 43 outros países.^[2]

Pretende-se, agora, reconfigurar a rede à luz do novo ambiente geo-estratégico, já quase sem pontos comuns com o existente durante o período da Guerra Fria, e diminuir a presença tirando partido das melhores capacidades de deslocação e de mobilidade das forças; simultaneamente, reduzem-se encargos de manutenção e diminui-se a pressão social, para as famílias, resultantes das comissões no estrangeiro.

A dificuldade da tarefa não é pequena; ninguém tem dúvidas que a necessidade de manter um dispositivo pronto para intervenção se vai manter; mas ninguém tem certezas sobre o “aonde” e sobre o “como”; o leque de possibilidades continuará muito alargado, desde o apoio e ajuda humanitária em situações como a do tsunami no final de 2004 até a intervenções em conflitos de graves dimensões. Há por isso que decidir em função de uma tentativa de antevisto das regiões de mais provável instabilidade e insegurança, procurando identificar os locais que melhor sirvam de plataforma para o lançamento de eventuais intervenções militares, onde quer que possam ser requeridas.

Mas a questão, como sugerido acima, está longe de ser apenas técnica; tem a ver também com aspectos políticos. Por exemplo, no caso da Europa liga-se, em grande parte, com a necessidade de manter viva a chama da Aliança Atlântica e as suas relações com a União Europeia. Noutras zonas, serve principalmente para demonstrar solidariedade para com amigos e aliados; como é, por exemplo, o caso da Ásia Oriental, no apoio à Coreia do Sul e Formosa e na manutenção de uma relação privilegiada com o Japão. Em alguns casos, pode apenas servir para ajudar a mudar esferas de influência; noutros, pode assegurar uma presença essencial para a manutenção da estabilidade na região. Não se estranhe, portanto, que o assunto tenha demorado todo o tempo de primeiro mandato de Bush e ainda vá demorar mais cerca de seis anos a concretizar (2006/2011).

O número de efectivos no exterior será diminuído. Face à enorme pressão resultante do actual envolvimento no Iraque e no Afeganistão, principalmente para o Exército e para as forças da Reserva e da Guarda Nacional, era desejável que isso fosse possível num breve espaço de tempo. Da Europa, por exemplo, sairá a 1ª Divisão de Infantaria e a 1ª Divisão Blindada, num total de cinco brigadas a regressar aos EUA. Obviamente, estes movimentos exigem reformular a rede de bases no país, o que demorará o seu tempo. O custo estimado desta operação será de 10 mil milhões de dólares.

Neste momento, existem 3842 bases nos EUA (95 de grande dimensão, 102 de média dimensão e 3645 de pequena); a recente reavaliação de todo este dispositivo, permitirá – espera-se – encerrar

33 bases e reconfigurar 29, ao que, corresponderá uma poupança estimada de 64,2 mil milhões de dólares durante as duas próximas décadas, que ficam disponíveis para atender a necessidades de investimento. Cerca de dois terços das bases a encerrar situam-se na metade oriental do continente americano, o que reflecte, como era de esperar, uma menor preocupação com o Atlântico; mas ao que consta, outros parâmetros foram tidos em conta: maior disponibilidade e menor custo de espaço na parte ocidental, melhores condições de tempo para sul. Os correspondentes impactos sobre comunidades locais, serão, nalguns casos, significativos: por exemplo, a perda de cerca de 8600 postos de trabalho pelo encerramento da base de submarinos de Groton.[3] Tudo isto, porém, está a ser visto, muito para além do âmbito específico do departamento de Defesa, de modo a garantir que haverá coordenação de esforços na minimização das implicações negativas e na reunião das condições necessárias para movimentação de um número significativo de efectivos.

Passando para o caso nacional: em Portugal tem sido alienado parte importante do património da Defesa e encerradas diversas infra-estruturas; não se conhece, porém, nenhum estudo exaustivo sobre o que se poderá ainda haver que fazer para tornar o dispositivo territorial das Forças Armadas mais racional. É óbvio que há várias instalações que não servem devidamente os requisitos das Forças Armadas; nalguns casos, são apenas edifícios históricos que as Forças Armadas vão procurando manter, por sentido de responsabilidade, mas que não se adequam minimamente à sua actual utilização e que melhor ficariam com outro destino.

Já sabemos que tudo gira à volta de haver ou não recursos financeiros mas nem tudo precisaria de ser resolvido de uma única assentada e nalguns casos haveria, por certo, lugar a poupanças. Também sabemos que não há suficientes recursos humanos no MDN para se ocupar de tarefas pesadas fora da intensa rotina diária. Mas há formas de tornear essas limitações, não necessariamente através de encomendas de estudos especializados a firmas privadas; sugere-se ver como se faz noutros países.

Numa situação que é radicalmente diferente da existente na altura da construção da quase totalidade das instalações militares hoje existentes no País não seria pertinente procurar definir os critérios e parâmetros a que desejavelmente deveria obedecer o dispositivo territorial das Forças Armadas? Teríamos dessa forma, pelo menos, uma indicação de caminho a seguir e, por essa via, a possibilidade de confrontar cada medida pontual, que entretanto fosse ir sendo possível tomar, com uma visão de conjunto do que se pretende alcançar. Existe essa visão?

[1] *"Everything is going to move everywhere...there is not going to be a place in the world where it is going to be the same as it used to be"*. Ver artigo anterior: "O novo dispositivo militar americano, 7 de Novembro de 2003.

[2] *"Global Futures and Implications for U.S. Basing, Working Group Report, January 2005, The Atlantic Council of the United States.*

[3] *Newsweek, 23 May 2005.*

3 TEXTOS RELACIONADOS:

2005/07/29

A REORGANIZAÇÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO AMERICANO

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/01

OS SUCESSOS E FRACASSOS DA TRANSFORMAÇÃO DAS FA AMERICANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2004/08/04

O EXÉRCITO NOS EUA

Alexandre Reis Rodrigues